

CONTRATO N° 134/2022

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **INSTITUTO DE ENDOSCOPIA E CIRURGIADO APARELHO DIGESTIVO DE PELOTAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 06.020.578/0001-96**, com sede na PÇA Piratinino de Almeida, Nº 53, Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96015-290, neste ato representado por seu representante legal, Sr. Eduardo Luis Insaurriaga dos Santos, Brasileiro, portador do CPF: 350.104.100-44, RG:10030243002, residente e domiciliado na cidade de Pelotas/RS, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente Inexigibilidade de Licitação que visa contratação de empresa para realização de Exames de Endoscopia Digestiva Alta e Colonoscopia (Inclusos materiais e medicações, despesas com pessoal técnico, impostos, manutenção e higienização, taxa de sala e demais custos, honorários médicos, honorários prestador de serviço) num valor total de R\$ 329.455,30, tendo por base o artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, baseado no termo de referência anexo e conforme edital de **Inexigibilidade de Licitação Nº 58/2022.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

O preço total do fornecimento objeto do presente contrato é de **R\$ 329.455,30** (Trezentos e Vinte e Nove Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Reais e Trinta Centavos). Sendo um Total de 419 exames de Endoscopias Digestivas Alta no total de R\$ 150.923,80, e 343 Exames de Colonoscopia no total de R\$ 178.531,50.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

Os valores da proposta não sofrerão quaisquer reajustes, nos termos da Lei 8.666/2013.

O pagamento será realizado após entrega da emissão de nota fiscal. No caso de não cumprimento, o pagamento será suspenso até o cumprimento total do Objeto deste Contrato. O Prestador de Serviço ao final do mês deverá encaminhar relatório com o número de consultas e exames por especialidades, informando o custo unitário e o total em conformidade com o valor do orçamento, o qual será conferido pelo setor de regulação e encaminhado ao setor financeiro para solicitação do pagamento. O Pagamento deverá ser efetuado em até 10 dias após o envio desse relatório.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para a execução dos será a contar da data deste documento. Serão Realizados 80 exames mensais, sendo 40 exames de Endoscopia Digestiva Alta e 40 exames de Colonoscopia.

Os pacientes que serão encaminhados, serão os que já tem encaminhamentos em espera. Os mesmos serão comunicados da data da consulta, pelo setor de regulação. Formada a lista com o nome dos pacientes a mesma será repassada ao prestador de serviço, que fará a agenda com as datas das consultas e exames e enviará ao setor de regulação

Parágrafo Primeiro – Verificada a não conformidade de algum do objeto e/ou serviço, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo Segundo – A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto ao setor financeiro da Secretaria da Fazenda, constando nela o número da Concorrência, o nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta corrente da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto da contratação na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- b) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do presente contrato;
- c) responsabilizar-se por todos os danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto do presente contrato.
- d) obriga-se a contratada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, a cumprir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da empresa CONTRATADA, nos prazos estabelecidos no presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência pelo período de 18 meses a contar da data de sua elaboração.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- a) A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.
- b) Pelo descumprimento total ou parcial da execução de serviços, a autoridade administrativa poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- b.1 advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;
- b.2 multa nas formas previstas no item c e d (desta cláusula);
- b.3 rescisão de contrato;
- b.4 suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- b.5 declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Canguçu.
- c Será aplicada multa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso e descumprimento das obrigações estabelecidas no presente edital, até o máximo de 10 (dez por cento), a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.
- d Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso e inexecução total ou parcial do contrato, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.
- e As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Parágrafo primeiro - Nos termos da Lei nº 8.666/93 a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e cancelado do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Canguçu, nos casos de:

- apresentação de documentação falsa;
- retardamento na execução do objeto;
- não manutenção do lance, após a adjudicação;
- comportamento inidôneo;
- fraude ou falha na execução do contrato;

Parágrafo Segundo - Será facultado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item 12 deste edital.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato decorre da Inexigibilidade de Licitação nº 58/2022, a qual é parte integrante deste contrato, bem como a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos, sendo neste caso a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste Edital correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

ÓRGÃO	FICHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1807

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização deste contrato a servidora efetiva Ligiane Dias da Rosa,
Cargo: Oficial Administrativo Matrícula: 88005.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Canguçu, 20 de Abril de 2022.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
CONTRATANTE

**INSTITUTO DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO DE PELOTAS
LTDA
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4610-0C71-72A4-7C3F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



INSTITUTO DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA DO AP DIGESTIVO (CNPJ 06.020.578/0001-96) em
20/04/2022 15:02:41 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/4610-0C71-72A4-7C3F>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1E6F-B2F4-E8DD-253D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 20/04/2022 15:22:14 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 22/04/2022 09:38:07
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/1E6F-B2F4-E8DD-253D>